

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DA ILUMINAÇÃO SEMAFÓRICA DE BELO HORIZONTE: “PROJETO CIDADE REVELADA - INTERPRETAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL”

Ana Carolina Pereira

Mestre em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa - UFRV
carollinapereira@gmail.com

Resumo: A educação patrimonial pode se realizar em diversos espaços de aprendizagem e por meio de diversos dispositivos comunicacionais, devido a estes motivos o presente trabalho visa apresentar como a Prefeitura de Belo Horizonte buscou valorizar seus bens culturais por meio da instalação de luzes semafóricas nas faixas de pedestres com escorços que representam os principais monumentos da capital mineira.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural; Cidade; Belo Horizonte; Semáforo.

Entre os diversos elementos que podem ser estudados para se entender um dado cenário social está a cidade, assim como os bens culturais que nela são produzidos, disseminados e consumidos, pois esses dois elementos antrópicos sofrem modificações de acordo com as transformações que os indivíduos promovem nas diversas esferas relacionais, como a econômica, a política, a sociabilidade, a tradição, entre outras.

As cidades, portanto, são passíveis de serem interpretadas como lugares que proporcionam a formação de conhecimento acerca de como as experiências são e eram estabelecidas, ou seja, elas permitem que os sujeitos saibam a partir das investigações das paisagens citadinas - e dos elementos que remetem as vivências experimentadas ao longo do tempo - como se processou as mudanças nas identidades, nos laços de pertencimento, nas memórias coletivas e nas pessoais. A partir dos “vestígios”, ou melhor, dos artefatos que foram deixados na *urbe* pode-se entender as relações que os moradores estabeleceram ou formam hodiernamente com os locais que constroem, pois

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O

entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual (SANTOS, 2002, p. 81).

A desvinculação com a dinâmica do cotidiano urbano gera perda dos laços de pertencimentos. Nas palavras de Santos, tal ruptura produz “alienação” com o local no qual múltiplas sociabilidades eram produzidas. Quando essas relações com a coletividade e seus elementos constitutivos são enfraquecidas ou interrompidas por causa de algum fato social (econômico, político, religioso, entre outros) há a suplantação da cultura, da identidade, bem como da memória, gerando, portanto, o processo de desenraizamento¹. Este impossibilita que os indivíduos participem de forma ativa das atividades concernentes a reprodução de costumes e de tradições locais, que impede de estabelecer relações entre o passado e o presente, como também entre estes para planejar o porvir.

As cidades e os seus habitantes estabelecem uma relação dialética num contexto no qual a organização social permite que o enraizamento seja continuamente exercido, pois ambos influenciam as maneiras como a sociabilidade é fundada, praticada e difundida. Os indivíduos, a partir de um escopo de tradições e de costumes comuns, concatenam-se moldando, transformando e atribuindo valor aos elementos da paisagem citadina e de seu entorno para responder às necessidades de um presente, como também futuras, o que implica que escolhem quais elementos possuem relevância para serem salvaguardados, quais irão ser modificados ou retirados da paisagem urbana, pois

Aquilo, por exemplo, a que chamamos de bens culturais não tem em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe impõem.

¹ Para Simone Weil:

um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivo certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente.

Para a autora a partir do momento em que houve a especialização do conhecimento houve desenraizamento, pois, a cultura passou a ser desenvolvida “num meio muito restrito, separado do mundo, numa atmosfera confinada, uma cultura consideravelmente orientada para a técnica e influenciada por ela, muito tingida pelo pragmatismo, extremamente fragmentada pela especialização [...]” (WEIL, 2001, p. 43-45).

Assim, para falar em arte - que é um campo que não esgota a cultura, mas permite compreendê-la em aspectos cruciais - pode-se afirmar, por exemplo, que não existem valores estéticos universais e permanentes (MENESES, 1996, p. 92).

A valorização dos bens culturais é, portanto, repleto de historicidade e de escolhas, estas em sua maioria são eivadas de padrões socialmente aceitos e políticos. Os espaços da *urbe* influenciam na formação das redes de relacionamentos sociais, da mesma forma que os agentes históricos os modificam, isso torna difícil saber com exatidão e mesmo mensurar quem, ou o que, exerce atuação em quem. Ambos, por sua vez, intervêm na formação da representação alegórica, mnemônica, identitária, nas relações afetivas, imaginárias e sensoriais. E por causa dessa dialética é que a cidade é considerada um lugar (material e simbólico) propício para empreender iniciativas de ensino-aprendizagem, pois segundo James Trilla Bernet (1997, p. 18):

todas las ciudades, mucho o poco, bien o mal, educan. Y educan no sólo en tanto que en ellas hay escuelas y otros determinados agentes educativos, sino en tanto que la ciudad - cada ciudad - constituye una estructura, un sistema. Y ya se sabe que un sistema siempre es más que la suma de sus elementos. Por tanto, las ciudades, todas las ciudades, educan y educan como un todo. En este sentido, incluso podría ensayarse una línea maximalista de reflexión que intentara argumentar no sólo que las ciudades educan, sino que son ellas el ámbito privilegiado de la educación².

E para promover a educação diversas instituições (estatais ou não) podem levar os cidadãos a não apenas olhar, mas ver e ler a diversidade (diferentes credos, costumes, valores, modos de viver, etc.) contida na cidade, ou seja, interpretar as múltiplas manifestações culturais. Assim, os entes locais devem fomentar e executar ações que promovam um diálogo entre os diversos segmentos da sociedade para que se

² James Trilla argumenta em seu texto que o todo meio urbano possui elementos que promovem a educação juntamente com a rede escolar, organismos civis e ambientes informais, assim o seu pensamento traduzido para o português expressa a seguinte ideia:

Todas as cidades, muito ou pouco, bem ou mal, educam. E não educam sozinhas, tanto que há nelas escolas e outros determinados agentes educativos, mas enquanto cidade - cada cidade - ela constitui uma estrutura, um sistema. E já se sabe que um sistema é sempre mais do que a soma dos seus elementos. As cidades, portanto, todas as cidades, educam e educam como um todo.

Neste mesmo sentido, o ensino é uma linha maximalista de reflexão que tentou argumentar que não só as cidades educam, mas que elas são um campo privilegiado de educação. (Tradução livre).

reconheça o contexto no qual se vive, compreendendo, portanto, como a coesão social se processa em um quadro tão plural, de que maneira a cultura cidadina ajuda nessa integração e se ela promove na localidade (e como se viabiliza) o desenvolvimento humano de modo sustentável e criativo. Tais atos da Administração Pública, bem como das entidades privadas e organizações civis devem tentar fomentar mecanismos que possibilitem que os cidadãos observem como “[...] una ciudad que se relaciona con su entorno; otros núcleos urbanos de su territorio y ciudades de otros países. Su objetivo constante será aprender, intercambiar, compartir y, por lo tanto, enriquecer la vida de sus habitantes” (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2001, p. 01)³.

O conjunto de ações que visa estabelecer espaços inclusivos, meios para que as decisões sejam mais participativas, melhoria das condições de vida dos moradores e mecanismos que permitam exercer de forma plena a cidadania faz parte das premissas da cidade educadora⁴ e esta é definida da seguinte forma:

Uma Cidade Educadora é aquela que, para além de suas funções tradicionais, reconhece, promove e exerce um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus habitantes. Na Cidade Educadora, as diferentes políticas, espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento de todo potencial humano (CIDADES EDUCADORAS, s/d).

A “Carta das Cidades Educadoras” - documento elaborado após um congresso na Espanha, em 1990 - diz que dentre os diferentes modos que uma cidade educadora se realiza é na cultura, por isso a formação permanente da população deverá ser prioridade. Como a educação que tem como um de seus fundamentos o trabalho com os bens culturais deve também ser “um processo permanente e sistemático” (HORTA, 1999, p. 06), por isso pode ser incorporado dentro das diretrizes das cidades educadoras, pois é uma ferramenta capaz de gerar aprendizados capazes de gerar percepções históricas acerca do urbano e do patrimônio citadino.

³ Deve-se observar também como “[...] uma cidade que se relaciona com os arredores; [com] outros núcleos urbanos de seu território e [com] cidades de outros países. Seu objetivo constante será aprender, trocar, compartilhar e, portanto, enriquecer a vida de seus habitantes”. (Tradução livre).

⁴ Edgar Faure, em 1972, elaborou um relatório no qual argumentava que a cidade deveria ser ganhar centralidade nas ações educacionais. O “I Congresso Internacional de Cidades Educadoras”, em Barcelona, reforçou a ideia do autor que todos os agentes citadinos são corresponsáveis e colaboradores no processo de aprendizagem.

O município de Belo Horizonte é integrante da “Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)” e promove várias atividades que seguem as referências para a constituição de políticas públicas educativas que fomentam a reflexão e a vivência da cidade. Entre as iniciativas estão os programas “Vila Viva”, “Superar”, “Infoinclusão das comissões regionais no gerenciamento do transporte e trânsito de Belo Horizonte”, “BH Digital - Informática para todos”, “Caminhos da Cidade”, “Colcha de Memória”, “Onde Mora a Minha História?”, os três últimos foram iniciativas voltadas para a educação patrimonial⁵.

Tendo como embasamento a premissa que diferentes espaços podem ser um agente pedagógico, foi elaborado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) o “Projeto Cidade Revelada - interpretação e sinalização do patrimônio histórico e cultural” que não faz parte oficialmente do conjunto de ações da agenda das cidades educadoras. Tal proposta, porém, poderia ser considerada uma ação que cumpre alguns preceitos elencados na “Carta das Cidades Educadoras”, entre eles os que preconizam que “el gobierno municipal deberá dotar a la ciudad de los espacios, equipamientos y servicios públicos adecuados al desarrollo personal, social, moral y cultural de todos sus habitantes [...]” (2004, p.05)⁶ e que o âmbito estatal deve fomentar o diálogo entre as gerações para a busca de projetos comuns e o intercâmbio entre de conhecimentos entre as pessoas com faixas etárias distintas, pois o patrimônio envolve a memória, os usos e as interpretações de diversas temporalidades. As ações desenvolvidas dentro do “Projeto Cidade Revelada” são também norteadas pelo seguinte compromisso elencado na carta elaborada após o I Congresso Internacional das Cidades Educadoras:

La ciudad ha de saber encontrar, preservar y presentar su propia y compleja identidad. Ello la hará única y será la base para un diálogo fecundo en su interior y con otras ciudades. La valoración de sus costumbres y de sus orígenes ha de ser compatible con las formas de vida internacionales. De este modo podrá ofrecer una imagen atractiva sin desvirtuar su entorno natural y social.

⁵ Para saber detalhes de cada um dos programas acima citados, bem como acerca de outras iniciativas realizadas na capital mineira consultar os dados disponíveis em: <http://w10.bcn.es/APPS/edubidce/pubExperienciasAc.do?accio=cercar&quants=0&ce=402&pubididi=2>

⁶ O excerto em língua espanhola citado acima afirma que “O governo municipal deverá dotar a cidade com espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes [...]”. Tradução livre da autora deste artigo.

A su vez, promoverá el conocimiento, aprendizaje y uso de las lenguas presentes en la ciudad como elemento integrador y factor de cohesión entre las personas” (Idem, p.04).

O “Projeto Cidade Revelada” utilizou os semáforos para valorizar os bens culturais da capital mineira, ou seja, a partir da troca dos convencionais códigos dos dispositivos de comunicação visual para ordenar o trânsito de pedestres - que são padronizados, hoje, internacionalmente por silhuetas humanas em deslocamento com a cor verde, ou paradas na tonalidade vermelha - por desenhos com o contorno dos edifícios considerados patrimônios belo-horizontinos. Como os sinais de transeuntes com a representação de artefatos culturais - ficam próximos às construções - o olhar do passante que deseja cruzar uma via pública é instigado a decodificar os novos símbolos e torná-los inteligíveis, assim o estímulo luminoso do farol pode levá-lo a visitar o bem protegido, a rememorar os conhecimentos acerca dos casarios da cidade ou mesmo pesquisar a história e a arquitetura do entorno e posteriormente buscar informações acerca da formação da cidade.

Os escorços semaforicos com bens patrimoniais da capital mineira tiveram como objetivo promover e/ou reforçar os vínculos dos cidadãos com alguns dos elementos culturais da cidade, com diferentes espaços dentro do urbano e com múltiplos valores “estampados” nas edificações belo-horizontinas, tentou-se, dessa maneira, fortalecer os laços (os sentimentos) de pertença com a *urbe*. Tal iniciativa foi realizada a partir da parceria entre três entidades pertencentes à estrutura administrativa da prefeitura, a saber: a Fundação Municipal de Cultura (FMC), a Empresa Municipal de Turismo (Belotur) e a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS).

O projeto gráfico das máscaras dos faróis foi desenvolvido pelos técnicos da FMC juntamente com os empregados da Belotur e a implantação delas nos semáforos ficou sob responsabilidade da BHTRANS. A partir de informações levantadas em uma conversa informal, por telefone, com o antigo gerente de semáforos e programação da BHTRANS, a confecção das películas com a representação dos monumentos não gerou custos aos cofres públicos porque a empresa possuía na época material em estoque de licitações realizadas anteriormente para manutenção periódica dos sinais luminosos para pedestres.

Os primeiros sinais luminosos foram instalados na Inglaterra na segunda metade do século XIX inspirados na sinalização das ferrovias, por causa de acidentes só foram reimplantados com sistematização a partir de 1914, também seguindo as mesmas cores utilizadas para os trens, ou seja, verde e vermelha. Diante desse quadro, o psicólogo e sociólogo de trânsito Karl Peglau propôs uma diferenciação no formato nos sinaleiros para automóveis a fim de facilitar o reconhecimento dos comandos para as pessoas que possuíssem dificuldade em reconhecer os matizes de coloração. Assim, ao invés três círculos luminosos, ter-se-ia um retângulo para quando o condutor tivesse que interromper percurso, uma circunferência para diminuir a velocidade porque o tráfego será interrompido e uma seta para cima para significar prosseguimento do trajeto.

A primeira ocorrência de mudança dos símbolos semaforicos de transeuntes, após a padronização mundial, foi atribuída a um projeto desenvolvido também por Peglau, na então Alemanha Oriental, em 1961. Anteriormente a esta data a sinalização para pedestres seguia o mesmo modelo dos sinais para carros, ou seja, eram redondos com variação de coloração para parar, desacelerar ou seguir, nas cores vermelha, amarela e verde, respectivamente.

Para os pedestres, Peglau elaborou um desenho batizado de *Ampelmann* (“o homem do semáforo”) ou popularmente chamando de *Ampelmännchen* (“o homenzinho do semáforo”) para distinguir os sinais de siga e de pare. Diferentemente da primeira ideia do estudioso, a proposta para os passantes se popularizou e após a queda do muro que separava Berlim em dois regimes político-econômicos (capitalista e socialista), o *Ampelmann* se tornou um ícone da cidade unificada e é utilizado em diversos *souvenirs*, pois os moradores da capital alemã criaram uma afetividade por tal representação humana com um chapéu que com o passar do tempo ela se tornou um bem identitário berlinense, ou seja, um elemento do patrimônio da localidade.

A ideia da valorização patrimonial por meio da divulgação dos bens por intermédio da iluminação dos postes de andantes também ocorreu em outras cidades. Na capital de São Paulo, por exemplo, os semáforos da região do Ibirapuera passaram a ilustrar os contornos do Monumento às Bandeiras, em julho de 2013. Realizada pela CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), a capital paulista substituiu 400 aparelhos nos meses seguintes, homenageando 80 pontos turísticos, como museus, teatros, praças

e igrejas. Em matéria veiculada no portal G1 em 29 de julho de 2013 e 8 de agosto de 2013 e em matéria da Folha, de 10 de novembro de 2013 - este projeto mostrou objetivo também análogo ao da capital mineira - “enaltecer o patrimônio cultural da cidade e a sua memória” (G1, 2013; FOLHA, 2013).

O *release* elaborado pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte que fundamenta as instalações de máscaras nos semáforos de pedestre em substituição à tradicional sinalização com a silhueta de uma pessoa parada ou atravessando uma rua pelo desenho que representa um bem cultural da capital mineira teve “[...] a finalidade de representar e revelar à população seus respectivos monumentos” e ainda alega que:

O projeto tem como objetivo enaltecer os principais patrimônios culturais da cidade, destacando ícones culturais consagrados patrimônios da cidade por seus valores históricos e preceitos arquitetônicos. A ideia é conduzir e despertar curiosidade na população, voltando a atenção das mesmas para um novo olhar sobre a cidade, de forma que edifique as construções que integram essa memória [sic] (FMC, 2016).

O projeto Cidade Revelada privilegiou o patrimônio material, deixando de abordar a diversidade dos grupos que vivem no espaço citadino e o caráter imaterial que toda cidade possui e que permitem analisar as tradições pretéritas - assim como as praticadas no presente. Apesar dos esforços dos entes públicos envolvidos em divulgar amplamente os bens culturais de Belo Horizonte, eles buscaram maneiras não convencionais, entretanto, a escolha dos órgãos municipais contemplou apenas elementos do patrimônio edificado, bem como dos institucionalmente reconhecidos. Este fato mostra que vigora ainda na Prefeitura de Belo Horizonte a visão clássica, ou seja, que os representantes da cultura de um lugar são em sua maioria os artefatos constituídos de “pedra e cal”.

Os gestores do projeto poderiam ter retratado como um dos elementos imateriais belo-horizontinos a “Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades” que acontece todos os domingos, desde 1969, (atualmente ela acontece na Avenida Afonso Pena), pois a Feira Hippie, como popularmente é conhecida, constitui-se em um evento que permeia a memória e a identidade dos moradores. As entidades envolvidas no projeto escolheram alguns locais nos quais atividades teatrais acontecem para figurarem nas máscaras semaforicas, de certa forma, representaram um aspecto imaterial da cidade

que é oficialmente reconhecido como bem cultural da cidade, pois as artes cênicas é uma manifestação registrada como patrimônio pelo município, porém elegeu-se o aspecto edificado para figurar nos semáforos.

O projeto contou com duas fases de implantação. A primeira iniciou-se no mês de março de 2016, com a implantação das primeiras máscaras nos seguintes pontos da região central: Rua da Bahia, Avenidas Afonso Pena e Álvares Cabral, Centro de Referência da Moda, Museu da Imagem e do Som, Praça da Estação e entorno do Museu Inimá de Paula, Espaço Cento e Quatro, Conservatório da UFMG, Funarte, Prefeitura, Serraria Souza Pinto, Teatro Francisco Nunes, Teatro Marília, Cine Theatro Brasil Vallourec e Museu de Artes e Ofícios. No entorno da Orla da Lagoa da Pampulha e houve também intervenções nas proximidades do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB).

A segunda etapa do projeto quinze igrejas e templos religiosos foram homenageados em 160 semáforos para pedestres. As edificações contempladas foram: 2ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, Igreja de Nossa Senhora das Dores, 1ª Igreja Batista de Belo Horizonte, Capela Nossa Senhora do Rosário, Igreja São José, Igreja Metodista do Brasil, 1ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, Capela do Instituto Metodista Izabela Hendrix, Igreja Santa Efigênia, Igreja Nossa Senhora de Fátima, Igreja Ortodoxa São Jorge, Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Correia e Capela da Igreja de Nossa Senhora do Líbano.

Houve um ligeiro avanço quanto aos templos escolhidos pelas entidades municipais para serem retratados nos semáforos, uma vez que não ficaram restritos bens de matriz católica como costumeiramente foram eleitos desde os primeiros anos do trabalhos de preservação oficial, pois o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁷ pautou, na maioria das vezes, pela valorização do barroco

⁷ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi fundado por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, juntamente com o estabelecimento de suas atividades por intermédio do Decreto-Lei nº 25, de novembro do mesmo ano e esta norma criou também o instituto de acautelamento do patrimônio denominado “tombamento”. Tal forma de proteção legal normalmente é realizado visando a preservação e a restauração, logo tornar um bem cultural equivale a registrar, resguardar, controlar e zelar o que é de interesse do Estado e da sociedade. A Constituição Federal de 1988 reforçou tal tipo de tutela e ampliou o rol de medidas possíveis para a defesa patrimonial o seu artigo 216, § 1, que diz que:

brasileiro⁸. Deixou-se de contemplar, porém, religiões não cristãs ou mesmo de matriz afro-brasileira, mesmo a cidade tendo em sua lista de patrimônios tombados o terreiro de Candomblé Ilê Wopo Olojukan (localizado na zona norte da Cidade)⁹ e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá (estabelecida na região do Barreiro).

A repercussão na época, segundo a BHTRANS, foi positiva, pois o número de depredações dos equipamentos semaforicos diminuiu e pode-se observar na reportagem do jornal Estado de Minas que os pedestres paravam para observar a representação dos monumentos e para baterem fotos. Assim, pode-se concluir que cidade de Belo Horizonte tentou encontrar maneiras e métodos para efetuar a preservação dos bens culturais, dos elementos que formam a(s) memória(s) e a(s) identidade(s) de seus moradores de maneira mais democrática, ativa e permanentemente.

Os cidadãos puderam procurar compreender a cidade e seu entorno de maneira crítica e os equipamentos cotidianos passaram a cumprir um papel educacional, como preconiza James Trilla Bernet (1997, p. 17), pois a relação entre a *urbe* e a educação possui três dimensões possíveis. A primeira seria quando se é capaz de “aprender na cidade”, pois esta contém além dos recursos pedagógicos planejados para realizar a educação e possui outros que também cumprem este papel (como as instituições não formais e informais, os acontecimentos educativos ocasionais, os espaços de vivência, entre outros).

“O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 2008).

⁸ A escolha do barroco como um símbolo da “origem” da arte genuinamente brasileira foi realizada a partir da necessidade do governo da década de 1930 de se legitimar - pois após com o rompimento do modelo liberal precisava criar alegorias pátrias para criar uma tradição - e de conter a evasão de bens considerados importantes para a formação da identidade e da memória nacional. O barroco foi considerado pelo movimento intelectual modernista - iniciado no decênio anterior - como a primeira manifestação artística que não era apenas uma reprodução das técnicas ou uma cópia dos cânones europeus, pois os artífices barrocos inovaram nos materiais utilizados, nas técnicas (adaptadas ao meio e aos recursos disponíveis) e porque deixaram visíveis as concepções de mundo que sociedade, na qual viviam, possuíam (OLIVEIRA, 2008, p. 87).

⁹ No ano de 1995 - por causa das comemorações dos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares - houve várias discussões acerca da necessidade de incorporar ao rol do de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte bens que representavam a cultura afro-brasileira inserindo e reforçando a importância dos negros na identidade da cidade (antes agentes históricos praticamente ausentes nas narrativas oficiais da capital mineira), assim foram tombados o Terreiro de Candomblé Ilê Wopo Olojukan e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá. Vale salientar que foram os locais onde as celebrações aconteciam que foram protegidos, pois o instituto do registro viria a ser criado no ano de 2000.

O segundo aspecto seria a perspectiva de “aprender acerca da cidade” porque ela é um agente de educação, permitindo, assim, que se conheça e se entenda de maneira direta elementos da cultura, dos valores, das normas, das atitudes sociais, bem como outros aspectos praticados em seu território. E o último nível seria o “aprender a cidade”, uma vez que ela contém diversos recursos educacionais que promovem uma aprendizagem acerca dela mesma. E no presente caso foram os semáforos de pedestre foram utilizadas na tentativa de promoção de ações continuadas de valorização do patrimônio, entretanto, nota-se que devido mudanças no cenário político ela não teve a terceira fase elaborada tal qual previa o projeto inicial e a salvaguarda da documentação produzida ao longo da implantação do projeto, nas três entidades envolvidas não tiveram o adequado tratamento e armazenamento.

As ações conjuntas entre entidades públicas e os diferentes setores que formam a sociedade devem, portanto, terem como objetivo de pensar políticas, bem como programas, que visem resultados em longo prazo, a difusão mais democrática possível dos conhecimentos acerca dos bens culturais e dando acesso mais universal a eles. Dessa forma, essas políticas podem reforçar o senso de corresponsabilidade nos moradores e, conseqüentemente, geram o fortalecimento da identidade com o local e da pertença.

Referências Bibliográficas:

ABEETRANS. Jornal da Associação Brasileira das Empresas de Engenharia de Trânsito. Edição 10, São Paulo, maio de 2016. Disponível em: http://abeetrans.com.br/abeetrans/news/Abeetrans_News_10.pdf Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. Disponível em: <http://www.edcities.org/> Acesso em: 29 de março de 2019.

BHTRANS. Igrejas de BH agora nos semáforos. Disponível em: <http://bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Temas/Noticias/Igrejas%20de%20BH%20agora%20nos%20sem%C3%A1foros> Acesso em: 26 de novembro de 2018.

BIDCE. Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras. Disponível em: <http://w10.bcn.es/APPS/edubidce/pubExperienciesAc.do?accio=cercar&quants=0&ce=402&pubididi=2> Acesso em: 30 de março de 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Belo Horizonte: Líder, 2008.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2004. Disponível em: http://www.bcn.cat/edcities/esp/carta/carta_ciudades.pdf Acesso em: 22 de fevereiro de 2017.

CIDADES EDUCADORAS. Disponível em: <https://cidadeseducadoras.org.br/conceito/> Acesso em: 22 de fevereiro de 2019.

FOLHA. De Masp a Pacaembu, pontos turísticos viram semáforos para pedestres em SP. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/11/1368698-de-masp-a-pacaembu-pontos-turisticos-viram-semaforos-para-pedestres-em-sp.shtml> Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. Semáforos que valorizam o patrimônio (*Release*). Belo Horizonte: FMC, 2013. 01 p.

G1. Semáforo para pedestres ganha novo design na região do Ibirapuera. São Paulo, julho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/07/semaforo-para-pedestres-ganha-novo-design-na-regiao-do-ibirapuera.html> Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

G1. Semáforo para pedestres ganha novo design no Masp. São Paulo, agosto de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/08/semaforo-para-pedestres-ganha-novo-design-no-masp.html> Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

MENESES, U. B. A psicologia social do campo do patrimônio material. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 4, p. 283-290, jan/dez. 1996.

NEGRISOLI, Lucas. BH consumiu a si própria em poucas décadas, expondo sua desigualdade. Portal UAI, Belo Horizonte, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2019/01/18/noticia-e-mais,240387/bh-consumiu-a-si-propria-em-poucas-decadas-expondo-sua-desigualdade.shtml> Acesso em: 28 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura é patrimônio: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PEREIRA, Ana Carolina. Ações de Educação Patrimonial Realizadas pelo IEPHA-MG: entre os anos de 2005 a 2010. Viçosa, 2017. Dissertação de Mestrado - Departamento de História - Universidade Federal de Viçosa.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. Cidade e suas crises, o patrimônio pelo viés da memória. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antônio e GOMES, Mário Hélio (Orgs.). Inovação Cultural, Patrimônio e Educação. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. p.188-197.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Iphan 1937–2017. nº 35. Brasília: MINC, 2017.

TRILLA BERNET, Jaume. Ciudades Educadoras: bases conceptuales. In: ZAINKO, Maria Amelia Sabbag (org.). Ciudades Educadoras. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

WEIL, Simone. O Enraizamento. Bauru: EDUSC, 2001.

WERNECK, Gustavo. Semáforos de Belo Horizonte ganham máscaras que reproduzem ícones históricos. Estado de Minas, Belo Horizonte, 31 março 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/31/interna_gerais,748763/semaforos-de-belo-horizonte-ganham-mascaras-que-reproduzem-icone-hist.shtml?fbclid=IwAR2dbtAZ3jPP3_8JukLNyBSZkN1RoSGschGT7qAlwnvexPdkQ7xQArBJSLc Acesso em: 22 de março de 2019.